



## ISENÇÃO IPTU 2025

### **DOCUMENTOS BÁSICOS, NECESSÁRIOS PARA QUERERER O BENEFÍCIO:**

- Cópia documentos pessoais de todos os membros do grupo familiar maiores de 14 anos: RG, CPF, Carteira de Trabalho (capa e contracapa e último contrato de trabalho + folha em branco), Certidão de Nascimento ou Casamento, União Estável.

- Certidão de propriedade de **1 (um) ÚNICO IMÓVEL**, em nome do casal, se for o caso (**Cartório Registro Imobiliário - FLORES**).

- Comprovante de renda familiar (incluindo maiores de 14 anos):
  - Últimos 3 contra-cheques;
  - Contrato de Prestação de serviços;
  - Comprovante de seguro desemprego;
  - Contrato de estágio ou aprendiz;
  - Declaração de Imposto de Renda (IRPF) acompanhado do recibo de entrega;
  - Recibo de Pagamento de Autônomo (RPA);
  - Comprovante de percepção de pensão alimentícia;
  - Se não possuir renda, declaração autenticada no cartório;

Fica ressalvado o direito ao Fisco, de solicitar a juntada de qualquer documento adicional, considerado necessário para a análise do pedido – art. 2º do Decreto Municipal 5833/2021.

### **PÚBLICO GERAL:**

- **Limite da renda familiar: 02 (dois) salários mínimos;**
- A edificação não poderá ultrapassar o valor limite de avaliação de 22.000 (vinte e duas mil) URMs, equivalente a **R\$123.831,40 (cento e vinte e três mil, oitocentos e trinta e um reais e quarenta centavos) para o exercício 2025** – previsto no Decreto 5833/2021.

### **APOSENTADOS OU PENSIONISTAS:**

- Demonstrativo de Crédito de Benefício do último mês, constando seu valor e espécie. Limite da renda familiar: 05 (cinco) salários mínimos.
- A edificação não poderá ultrapassar o valor limite de avaliação de 22.000 (vinte e duas mil) URMs, equivalente a **R\$123.831,40 (cento e vinte e três mil, oitocentos e trinta e um reais e quarenta centavos) para o exercício 2025** – previsto no Decreto 5833/2021.

### **PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS:**

- Limite da renda familiar: 05 (cinco) salários mínimos;
  - Anexar laudo da medicina especializada que ateste o tipo da deficiência;
- DOENÇAS DO INCISO IV DA LEI 4.974/13:**
- Limite da renda familiar: 05 (cinco) salários mínimos;
  - Anexar laudo médico que ateste o tipo de moléstia com o respectivo CID Classificação Internacional de Doenças);

**O Pedido do benefício deverá ser protocolado no setor de Atendimento da Prefeitura Municipal, até o vencimento da última parcela do IPTU 2025, qual seja, 20/08/2025.**